

INFORMAÇÃO ESPECIAL NO MUSEU - ACESSIBILIDADE: A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL¹

SPECIAL INFORMATION AT THE MUSEUM - ACCESSIBILITY: SOCIAL INCLUSION OF PEOPLE WITH VISUAL IMPAIRMENT

Ana Fátima Berquó Carneiro FERREIRA
Instituto Benjamin Constant, IBC
afberquo@globo.com

Diana Farjalla Correia LIMA
PPG-PMUS UNIRIO/MAST
diana@skydome.com.br

Resumo

O artigo aborda o tema da inclusão social da pessoa com deficiência visual no espaço museológico, a Acessibilidade, tendo como apoio teórico os estudos relativos à Informação Especial e ao uso da Tecnologia Assistiva. Os objetivos focalizaram identificar e analisar o atendimento a este segmento de público visitante do Museu nas áreas físicas de circulação (visitação presencial) e nos espaços web (visitação virtual). O estudo de caso desenvolvido selecionou três Museus de significativa expressão no cenário brasileiro, localizados na cidade do Rio de Janeiro e com enfoques diferenciados de especialidade temática: Museu Histórico Nacional, MHN (História); Museu Nacional de Belas Artes, MNBA (Artes); Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST, (Ciências). Ao lado da análise de fontes nacionais e internacionais dedicadas ao tema da acessibilidade a pesquisa também incluiu: dados de levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM (fonte oficial do campo museológico); visitação aos espaços físicos dos três Museus aplicando-se formulário elaborado pela pesquisa para diagnóstico das condições oferecidas para atendimento nos locais e, ainda, visitação aos museus virtuais (sites na internet) com aplicação de modelo de uso internacional para testar o padrão de acessibilidade. A interpretação dos resultados obtidos nos dois espaços dos Museus apontou carências nas condições de atendimento para a visitação museológica do segmento de público com deficiência visual. Tal fato vem indicar que, embora já esteja em foco no campo da Museologia o debate sobre o denominado Museu Inclusivo, no momento e nos Museus pesquisados, existe um hiato entre o discurso e a prática da inclusão. Inclusive, verificado pela dificuldade de encontrar fontes de consulta tratando do uso das modernas propostas a cargo da Informação Especial e da Tecnologia Assistiva, modelos conceituais e práticos que definem o desenho da acessibilidade que conduz à inclusão social.

Palavras-chave

Informação Especial e Museu. Acessibilidade em Museu. Museu e inclusão social. Museu Inclusivo e pessoa com deficiência visual. Tecnologia Assistiva e Museu.

¹ Artigo baseado em dissertação defendida -- fevereiro de 2011 -- no auditório do Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro.

BERQUÓ, Ana Fátima. **Dedos de ver**: informação especial no museu e a inclusão social da pessoa com deficiência visual. 2011. 143f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2011.

Abstract

The article focuses the social inclusion of people with visual disabilities in the museum space, accessibility, with the support of theoretical studies on the Special Information and use of Assistive Technology. The objectives focused on identifying and analyzing the service to this segment of audience at the museum in the visitation area and the web spaces (virtual visits). The case study selected three Museums of meaningful expression in the Brazilian scene, located in the city of Rio de Janeiro and with different approaches specialty theme: National History Museum, (History) Museum of Fine Arts, (Arts); Museum of Astronomy and Related Sciences, (Science). Beside the analysis of national and international sources on the theme of accessibility the research also included: data from a survey conducted by the Brazilian Institute of Museums, IBRAM (official source of the museum field); visits to the physical location of the three museums through a questionnaire that was created for the diagnosis of conditions offered for local attendance, and also virtual visits to museums (websites) with the use of an international model for testing the standard of accessibility. The results of research in the two areas of museums indicated deficiencies in the conditions of service for the visiting public with a visual impairment. This fact has been pointed out that, although it is in focus in the field of Museology the debate on nominated Inclusive Museum, at this moment and at Museums which are surveyed, there is a gap between rhetoric and practice of inclusion. In fact, verified by the difficulty of finding sources of information dealing with the use of modern proposals in charge of the Special Information and Assistive Technology, conceptual and practical models that define the design of the accessibility that leads to social inclusion.

Keywords

Special Information and Museum; Accessibility in Museum. Museum and social inclusion. Inclusive Museum and visually impaired person. Assistive Technology and Museum.

1 INCLUSÃO SOCIAL: A ACESSIBILIDADE MODELADA PELA INFORMAÇÃO ESPECIAL - TECNOLOGIA ASSISTIVA

O acesso à informação, no mais amplo sentido, é acesso ao conhecimento, e este é vitalmente importante para nós não continuarmos sendo menosprezados e dependentes das pessoas que enxergam. Nós não precisamos de piedade nem de ser lembrados que somos vulneráveis. Precisamos ser tratados com igualdade – e comunicação é a forma de realizar isto.
Louis Braille

Inclusão Social é um tema recorrente em diferentes estâncias da sociedade contemporânea com vasto amparo legal em nível local e recomendações em nível supranacional a exemplo da Organização das Nações Unidas, United Nations Organization, ONU; e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, UNESCO.

No campo da Museologia, de maneira que se pode dizer tímida, começa a surgir este assunto que se baseia na natureza da acessibilidade e engloba diferentes categorias de

segmentos de público que visitam ou fazem uso de serviços de informação dos Museus.

Trata-se de incluir a pessoa com deficiência visual no Museu de maneira que possa ser acolhida, possa desfrutar do Museu na qualidade de objeto de cultura, de deleite espiritual, de prazer estético, de informação para o conhecimento (científico – pesquisa), de puro entretenimento. E isto é possível aplicando-se o conceito formulado pela Informação Especial oferecida com a Tecnologia Assistiva, tanto nos espaços do Museu que existem no mundo físico quanto no Museu Virtual, tendo em vista a era tecnológica em que se vive.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos ², assinada em 1948 e um dos documentos básicos das Nações Unidas, são enumerados direitos que todos os seres humanos possuem. O Artigo XXVII da referida Declaração merece destaque:

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios (grifo nosso).
2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor.

Embora a palavra Museu não apareça explicitamente na referida Declaração, o artigo citado no seu inciso 1 permite considerar, quando menciona “vida cultural”, “fruir das artes” e “progresso científico”, que tais pontos refletem condições existentes nos espaços museológicos.

A *inclusão social*, conforme Romeu Sasaki ³ é “o processo pelo qual a sociedade e a pessoa com deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos”. Constitui, então, “um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidade para todos” ⁴. Atualmente o paradigma da inclusão social consiste em “tornarmos toda a sociedade um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades” ⁵

2 ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris. 1948. Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em: 10 jul. 2011.

3 SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

4 SASSAKI, Romeu K. **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. São Paulo: Prodef, 1997.

5 SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

E a inclusão social tem se caracterizado por uma história de lutas sociais empreendidas pelas minorias e seus representantes, na conquista dos seus direitos ao acesso imediato, contínuo e constante ao espaço comum da vida em sociedade (recursos e serviços).

A concepção da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade, a fim de garantir o acesso de todos a quaisquer oportunidades, independente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social.

Não se pode deixar de lembrar que a carta Magna, a Constituição da República Federativa do Brasil ⁶ expressa no TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, CAPÍTULO I, DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, o princípio da igualdade no caput do artigo 5º,

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

O alcance do que se compreende como efetiva a igualdade configura que seja relativa, ou seja, dar tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais. Considerando-se o princípio que as pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas sejam garantidas as condições apropriadas de atendimento às suas peculiaridades, de forma que todos possam usufruir das oportunidades existentes.

A percepção de conferir tratamento diferente não se refere a privilégios, mas a oferecer condições exigidas pelas peculiaridades de cada indivíduo visando à garantia da igualdade. Portanto, a igualdade de tratamento deve ser quebrada diante de situações lógicas que autorizem tal ruptura. Em vista disto, a pessoa com deficiência pela sua própria condição tem direito à quebra da igualdade em situações nas quais participe com pessoas sem deficiência.

Tal percepção que exprime o movimento social pela inclusão traz um novo entendimento para o relacionamento dos indivíduos.

E indica, em se tratando dos profissionais da Museologia, a necessidade de nova reflexão voltada às ações em Museus com relação à visitação e a comunicação que deste processo decorre ao recepcionar o segmento de público com deficiência, e neste particular,

6 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

a de natureza visual. Lembrando que na terminologia do campo a denominada Comunicação em Museu(s) equivale, no âmbito da Ciência da Informação, à Transferência da Informação.

Entendendo-se as coleções dos Museus como fontes de informação, de pesquisa científica ou, ainda, instrumento de transmissão de conhecimento, para que uma pessoa com deficiência visual se beneficie de suas coleções a Informação Especial surge como resposta para a necessidade informacional desta demanda.

Ao se pretender abrir o espaço museológico a todos os públicos, há de se levar em consideração novos fatores que impõem aos processos de comunicação múltiplas formas de diálogo, pois a *igualdade* de direitos está intrinsecamente relacionada ao respeito pela *diversidade coletiva ou individual*. (grifo do autor)⁷.

Ao se focar a pessoa com deficiência visual deve-se compreender o que expressa o termo a fim de identificar as especificidades de cada situação e capacitar-se ao atendimento.

Os estudos desenvolvidos por Barraga (1976)⁸ distinguem três tipos de deficiência visual:

-- *Cegos* - têm somente a percepção da luz ou não têm nenhuma visão. O processo de aprendizagem é feito através dos sentidos remanescentes (tato, audição, olfato, paladar), utilizam o Sistema Braille como principal meio de comunicação escrita.

-- *Pessoas com Visão Parcial* - têm limitações da visão a distância, mas são capazes de ver objetos e materiais quando estão a poucos centímetros ou no máximo a meio metro de distância.

-- *Pessoas com Visão Reduzida* - são considerados com visão reduzida indivíduos que podem ter seu problema corrigido por cirurgia ou pela utilização de lentes.

E os Museus para receber o público com deficiência visual terão que se valer no mínimo, em princípio, da utilização do Sistema Braille como também de outras modalidades para acessibilidade que, hoje em dia, no contexto da Informação Especial compõem a denominada Tecnologia Assistiva (T. A.) e está disponível para atender a diferentes tipos de deficiência, não apenas a visual.

⁷ TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus**. São Paulo. 2007. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes – USP, São Paulo, 2007.

⁸ BARRAGA, Natalie. **Visual handicaps and learning: a developmental approach**. Wadsworth Pub. Co. 1973.

Deve-se mencionar com relação ao uso do recurso da T. A. pelas pessoas com deficiência visual que estas precisam ter os sentidos remanescentes trabalhados, porque não ocorre emergir de modo natural um sentido pelo outro. O processo de compensação por uma carência existente decorre de treinar habilidades para obter a competência.

Esclarecendo: ao contrário do que corriqueiramente se imagina, não é pelo fato de uma pessoa ser deficiente visual que ela tem, por natureza, uma ‘audição excepcional’. Precisa haver estímulo para que os demais sentidos sejam aflorados. Sendo assim, para se valer de um recurso de T. A., em que seja usado o sentido da audição, é necessário igualmente um ouvido ‘esperto’, como se fala no jargão daqueles que lidam com pessoas com deficiência visual.

Incluir a pessoa com deficiência visual no Museu, deste modo, é atender a sua necessidade informacional. E reportando-se ao usuário da informação, isto poderá ser alcançado a partir da disseminação da Informação Especial transferida/comunicada pelo uso de modalidades de aplicação do que hoje se nomeia *Tecnologia Assistiva (T. A.)*⁹, “ramo de pesquisa científica dirigida para o desenvolvimento e aplicação de instrumentos que aumentem ou restaurem a função humana na sua plenitude”, ou seja, destinada a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de idosos, de pessoas com deficiência ou de outras com mobilidade reduzida. Desta forma, colaborando para a pessoa com deficiência ultrapassar a barreira da sua limitação.

Vale lembrar que a T. A. é entendida como o recurso do usuário, neste caso, da pessoa com deficiência visual, servindo como elemento para fazê-la desempenhar funções do cotidiano de forma independente, contribuindo para que aconteçam sinapses com os sentidos remanescentes de forma a buscar a promoção da qualidade de vida e sua inclusão social.

O Conselho Internacional de Museus, International Council of Museums, ICOM¹⁰, que reúne instituições e profissionais do campo, criado em 1946, já enunciava a função social do Museu e, na atualidade, reafirma os valores representados na definição inscrita no Código de Ética para Museus (ICOM, 2006),

⁹ BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) /Indicadores/Temas/Inclusão Social/Sub Temáticas/ Tecnologia Assistiva. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/307898.html#>> Acesso em: 03 jul. 2011.

¹⁰ ICOM. International Council of Museums. Código de Ética do ICOM. Disponível em: <<http://icom.museum>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

Instituição permanente, sem fins lucrativos, aberta ao público, a serviço de uma sociedade e de sua evolução, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe para fins de estudo, educação e lazer os testemunhos do homem e do seu meio-ambiente (grifo nosso).

Logo, em razão do princípio acima apresentado, o Museu não pode se furtar a cumprir o que lhe cabe. Especialmente em tempo das Tecnologias de Informação e Comunicação, TIC's, disponíveis ao público em todos os segmentos diversificados que estão incluídos na sua composição, quer sob a forma do visitante da exposição ou do usuário dos serviços que atendem a consultas ou o participante de qualquer outra ação a cargo do Museu.

2 OBJETIVOS

2.2 Geral

Identificar e analisar, no tema da inclusão social, a acessibilidade para pessoa com deficiência visual expressa pela aplicação da Informação Especial em ambiente museológico, representada pelo alfabeto Braille e pelos recursos da Tecnologia Assistiva (T. A.) em três modalidades de enfoques de Museus: História, Artes e Ciências, localizados na cidade do Rio de Janeiro.

2.1 Específicos

-- Identificar e analisar no espaço físico, salas de exposição e demais áreas de visitação, do Museu Histórico Nacional, MHN (História); do Museu Nacional de Belas Artes, MNBA, (Artes); e do Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST, (Ciências) os recursos de acessibilidade disponíveis para o público com deficiência visual;

-- Identificar e analisar no espaço virtual, sites dos Museus citados (formato Museu Virtual) ¹¹, a existência de recursos de acessibilidade destinados ao público com deficiência visual.

¹¹ Usa-se neste artigo para qualificar Museu Virtual o modelo conceitual (categorias: Museu Virtual Original Digital; Museu Virtual Conversão Digital; e Museu Virtual Composição Mista) definido e expresso em: LIMA, Diana Farjalla Correia. O que se pode designar como Museu Virtual segundo os museus que assim se apresentam. In ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Trabalhos apresentados...** João Pessoa: ANCIB; PPGCI-UFPB, 2009. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/531/1/GT%209%20Txt%2011-%20LIMA%2c%20Diana%20Farjalla%20Correia.%20O%20que%20se%20pode%20designa....pdf>> Acesso em: 02 jul. 2011.

3 METODOLOGIA

A pesquisa no seu modelo conceitual e operatório se configurou como um Estudo de Caso. Abordou o tema da Inclusão Social da Pessoa com Deficiência Visual no contexto do Museu e englobou os três Museus mencionados.

Os procedimentos adotados foram os seguintes:

1 - Levantamento bibliográfico: a) literatura brasileira e estrangeira produzida por instituições especializadas (âmbito nacional e internacional) como: Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM; Conselho Internacional de Museus, ICOM; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNESCO; Organização Nacional de Cegos da Espanha, ONCE; Organização das Nações Unidas, ONU, entre outros. b) teses e dissertações, artigos de periódicos científicos, de anais de eventos, monografias (livros e capítulos), legislação em suportes tradicionais bem como em ambiente Internet.

2 - Visita espontânea aos três Museus, como faz o visitante comum, consignando ação preliminar para reconhecimento dos espaços museológicos abertos ao público, providência que antecedeu a ida relatada no item seguinte.

3 – Visita técnica para avaliação dos recursos da Informação Especial disponíveis nos espaços físicos dos três Museus para atendimento/visitação do público com deficiência visual, aplicando-se, in loco, o instrumento metodológico (formulário) denominado Espaço físico do Museu e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Visual: diagnóstico; (elaborado pela pesquisa) que foi preenchido por um funcionário de cada Instituição.

4 - Visita virtual (Museu Virtual): avaliação dos recursos da Informação Especial (público com deficiência visual), modalidade acessibilidade, disponíveis nos sites dos três Museus usando 2 instrumentos para análise (a) e (b).

a) teste de identificação – buscou-se a presença de Símbolo (s) de Acessibilidade na Web (padrões internacional ou nacional), expressando a Informação Especial;

b) aplicação de ferramenta/serviço de validação da acessibilidade/compatibilidade, usando-se o W3C HTML Validation Service;

5 – Avaliação qualitativa: elaboração de quadro comparativo para interpretação dos resultados alcançados a partir do formulário aplicado e do teste realizado, respectivamente nos espaço físico e virtual dos Museus.

4 MUSEUS BRASILEIROS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: PARA ONDE

CAMINHA A INCLUSÃO?

A pesquisa para o tema da Acessibilidade via Informação Especial com recursos da Tecnologia Assistiva, inicialmente, usou como fonte os dados de levantamento feito em âmbito nacional pelo Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM. Consultou-se o site da Instituição e complementou-se com contatos diretos e acesso à documentação (planilha - perfil dos museus no país).

Posteriormente, foram realizadas visitas presenciais e virtuais aos Museus: MHN; MNBA; e MAST; aplicação de formulário de avaliação 'in loco' e teste dos sites pelos parâmetros eletrônicos e uso dos chamados validadores.

A seguir relatam-se alguns pontos do processo do trabalho realizado e os resultados a que se chegou.

4.1 “Conheça os Museus Brasileiros”¹² – IBRAM

O IBRAM¹³, instituição federal do Ministério da Cultura sucessora do “Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais”, e “responsável pela Política Nacional de Museus e pela melhoria dos serviços do setor [...]”; disponibiliza no seu site o “Cadastro Nacional de Museus” (CNM), base de dados “Conheça os Museus Brasileiros”.

Em vista disto, buscou-se informação para identificar os Museus do Brasil com recursos disponíveis para o público com deficiência visual. E com referência a exposições, a pesquisa de que trata este artigo aborda recursos que devem estar disponíveis no contexto das exposições permanentes, seja no museu situado no mundo dito real (físico) ou no museu virtual.

O levantamento “Mapeando a diversidade museal brasileira: Museus cadastrados que possuem instalações para portadores de necessidades especiais”¹⁴ apresenta nos resultados um tópico relacionado ao tema da pesquisa tratada pelo presente artigo.

¹² SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS - CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/cnm_apresentacao.htm>. Acesso em: 20 jul. 2011.

¹³ INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Disponível em: <<http://www.ibram.gov.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

¹⁴ SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS - CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/SBM/cnm_conhecaosmuseus.htm>. Acesso em: 10 ago. 2011.

Em “Dados obtidos a partir do CNM” há a pergunta: “O Museu possui instalações destinadas aos portadores de necessidades especiais?” (grifo nosso) e o documento transcreve a informação prestada pelo Museu inventariado.

Os indicadores reproduzem quantitativamente recursos existentes para pessoa com deficiência física e/ou mobilidade reduzida:

-- “vagas exclusivas no estacionamento”;

-- “elevadores com cabine e portas de entrada acessíveis para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida”;

-- “rampa de acesso”;

-- “sanitários adaptados com equipamentos e acessórios próprios”.

No caso da pessoa com deficiência visual menciona-se o Braille:

-- “sinalização em braile”;

-- “textos/etiquetas em braile com informações sobre os objetos em exposição”;

Porém, não é esclarecido o alcance da cobertura, isto é, se está disponível em todo o circuito de visitação, em parte dele, ou relacionada aos objetos exibidos.

Todas as deficiências aparecem agrupadas na mesma categoria, “instalações ...”, no entanto, a questão da informação sobre recursos disponíveis, na prática é um item que se faz relacionado a cada tipo de deficiência e, por esta razão, exigindo recursos específicos de acessibilidade para cada pessoa obter informação necessária e adequada.

Ainda, pode-se apontar que, em se tratando do CNM, o trabalho apresenta entendimento equivocado em relação ao termo e ao conceito de acessibilidade. A interpretação é basicamente limitada ao aspecto do acesso físico, portanto, subordinando-a aos aspectos da deficiência motora, tendo se atido e incluído para a coleta realizada, apenas os itens relacionados a elevadores ou rampas, banheiros adaptados que permitam a circulação de visitantes com tal necessidade. Entretanto, no levantamento do IBRAM não constaram os aspectos que possibilitam o acesso físico de pessoas com outras deficiências, deixando estes segmentos da sociedade de fora do contexto de um cadastro que pretende traçar um perfil nacional que inclui a visitação aos Museus.

No caso da deficiência visual há referência apenas ao Braille como indicador de atendimento e não está previsto no circuito expositivo, por exemplo, o uso da linha guia que é um dos inúmeros elementos componentes da Informação Especial. Inclusive, o exemplo citado integra o conjunto dos indicadores do formulário (diagnóstico) elaborado e aplicado

pela pesquisa para identificar e avaliar os recursos de acessibilidade disponíveis nos espaços dos três Museus sediados na cidade do Rio de Janeiro. Foram tais modalidades de indicadores especializados que permitiram estabelecer os resultados da pesquisa.

Pode-se refletir, conforme o documento em pauta, que o entendimento existente nos Museus para as pessoas com deficiência visual só é compreendido e, no momento, só se realiza através do Braille (em alguns pontos do espaço físico, conforme relatado em 4.2).

4.2 Museus, visitação presencial e formulário, visitação virtual e validação de sites

Visitação presencial -- O *Formulário Espaço físico do Museu e Acessibilidade da Pessoa com Deficiência Visual: diagnóstico* foi respondido por um funcionário do Museu indicado pela Instituição que estava sendo avaliada ¹⁵.

O modelo apresenta três extratos temáticos que delineiam categorias informacionais relacionadas a situações específicas para a pessoa com deficiência visual no espaço físico do Museu. Cada categoria representa um conjunto de elementos necessários e adequados para o atendimento deste público.

As condições de acessibilidade respondidas pelos informantes e analisadas nos três Museus foram agrupadas em quadros com características informacionais denominadas: Informação Espacial, Informação Multissensorial, Informação em Recursos Humanos.

Quadro 1 - INFORMAÇÃO ESPACIAL – DOMÍNIO DO ESPAÇO MUSEOLÓGICO - Existência de:

1 - INFORMAÇÃO ESPACIAL – DOMÍNIO DO ESPAÇO MUSEOLÓGICO. Existência de:	MNH		MNBA		MAST	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
1.1 Linha Guia - percurso no chão com contraste tátil e cromático para orientação.		X		X		X
1.2 Corrimão em todo percurso da exposição -- indicação dos locais nos quais a pessoa com deficiência visual deve parar.		X		X		X
1.3 Mapa tátil do circuito expositivo com legenda de todo ou de parte do espaço da exposição.		X		X		X
1.4 Espaços da exposição -- indicação de						
1.4.1 Sala(s)	X			X		X
1.4.2 Jardim	X			X		X

¹⁵ Uma das autoras do artigo esteve presente durante a aplicação dos formulários nos 3 Museus. Ana Fátima Berquó, à época Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio UNIRIO/MAST, apresentou-se aos Museus munida de uma carta da Coordenação do Programa e cujo conteúdo explicava a finalidade do trabalho, uma etapa integrante da pesquisa para dissertação.

1.4.3 Corredor	X			X		X
1.4.4 Outro/citar	X			X		X
1.5 Texto audiodescrito de todo ou de parte do circuito expositivo	X		X			X
Indicação de outros espaços para o visitante						
1.6 Biblioteca		X		X		X
1.7 Banheiros		X		X		X
1.8 Lanchonete/café		X		X		X
1.9 Loja/quiosque de souvenir		X		X		X

-- MHN e MNBA –

Embora informados da diferença entre texto audiodescrito, ou recurso específico da Informação Especial (audiodescrição), e o serviço de audioguia que é oferecido (relato comum destinado ao público vidente), assinalaram equivocadamente “sim”, item 1.5 (circuito expositivo).

Ainda, foi explicado aos informantes ser aconselhável a possibilidade do toque (manuseio) nas obras descritas pelo audioguia, fato que também não ocorre nas duas instituições.

-- MHN –

Marcado erroneamente “sim”, item 1.4 - indicação dos espaços.

Alegou constar no audioguia informação de salas e demais espaços do Museu.

A resposta não considerou ser impossível para a pessoa com deficiência visual ser orientada por informação destinada ao público vidente, portanto, circular pelos diferentes locais sem valer-se do auxílio de uma linha guia, recurso inexistente.

Informação Espacial: em síntese a interpretação das necessidades da demanda está inadequada, bem como faltam recursos para a pessoa com deficiência visual obter de forma autônoma a Informação Espacial e movimentar-se livremente pelas áreas do Museu.

Quadro 2 - INFORMAÇÃO MULTISSENSORIAL: RECURSOS DE DIFERENTES MODALIDADES (TÁTEIS, DE LEITURA, SONOROS) -- Existência de:

2 - INFORMAÇÃO MULTISSENSORIAL: RECURSOS DE DIFERENTES MODALIDADES (TÁTEIS, DE LEITURA, SONOROS) Existência de:	MNH		MNBA		MAST	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
2.1 Obra original (coleção) suscetível de ser tocada . Indicar a quantidade	X			X		X
2.2 Obra original para ser tocada ao alcance da pessoa com deficiência visual	X			X		X

(alcance = Limite dentro do qual se consegue tocar ou atingir alguma coisa)						
2.3 Reprodução para tocar quando o contato com a obra original não for possível		X	X		X	
2.4 Maquetes táteis das obras Indicar a quantidade		X		X	X	
2.5 Reprodução tridimensional de obra bidimensional		X	X			X
2.6 Objetos e jogos tridimensionais baseados nas obras originais		X		X	X	
2.7 Ampliações de obras pequenas Indicação do tamanho real		X		X		X
						X
2.8 Miniaturas de obras grandes Indicação do tamanho real		X		X		X
2.9 Extratos sonoros relativos às obras	X			X		X
2.10 Braille - Legendas da obra 2.10.1 Em todo o circuito 2.10.2 Parte						
	X				X	
2.11 Braille - Impressos Citar qual	X			X		X
2.12 Legendas / Etiquetas (obras) - tamanho da fonte usado.						
2.13 Folheto promocional sonoro (<i>folder</i> gravado) Conteúdo (acerca de)	X		X			X

-- MHN --

Item 2.1, cerca de 50 obras (estimativa) podem ser tocadas (Pátio dos Canhões, área externa entre os muitos andares de exposição). Item 2.9 (extratos sonoros), de modo inadequado foi marcado “sim”.

A informante considerou que uma leitura da carta de Pero Vaz de Caminha feita em determinada exposição é um recurso para os padrões do atendimento em questão.

No entanto, a leitura esporádica de uma só obra/documento da exposição permanente não configura recurso explicativo das diversas seções temáticas da exibição.

Uso do Braille: legendas só no Pátio dos Canhões (2.10); impresso em Braille (2.11) “Conhecendo o Museu”, parceria MHN e Instituto Benjamin Constant: informa sobre a arquitetura e exposição do Pátio dos Canhões. Texto adaptado e resumido do exemplar em tinta distribuído aos visitantes (em Braille resultaria em grande número de volumes).

-- MNBA --

Há reprodução disponível para tocar quando o contato com a obra original não for possível (item 2.3) e reprodução tridimensional de obra bidimensional (2.5).

O procedimento, porém, necessita de agendamento.

As reproduções não estão disponíveis no circuito do sistema da visitação espontânea (diária, comum).

-- MAST –

Há reprodução para tocar quando o contato com a obra original não for possível (item 2.3) e maquetes táteis das obras (item 2.4) referentes à exposição do Sistema Solar (circuito expositivo).

Entretanto, a informante não soube precisar o número exato de maquetes, estimando a quantidade em 5 ou 6.

Por se tratar de um Museu de caráter interativo, o material disponível não é pensado apenas para pessoas com deficiência visual, mas para o público em geral. E ainda assim, para o público com deficiência visual interagir de maneira satisfatória com maquetes e reproduções existentes faz-se necessário adequar as obras, isto é, dotá-las de texturas diversificadas.

Isto também se aplica ao item 2.6, objetos e jogos tridimensionais baseados nas obras originais.

-- MHN, MNBA, MAST –

Item 2.12, legendas da exposição para videntes (tamanho da fonte). Informantes não souberam dizer.

Mas há um tamanho mínimo sugerido pela ABNT que não é condizente com o que se observou na visitação presencial.

Informação Multissensorial: MNH e MAST apresentam dois espaços ao ar livre com legendas em Braille em parte do contexto expositivo que é amplo e diversificado. Mas os acessos para os dois lugares não estão adequados pois não usam linhas guias ou similares. Recursos sonoros que são de simples aplicação para a inclusão não são explorados conforme o poder que possuem, bem como a manipulação, especialmente, em obras de arte.

Quadro 3 - INFORMAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS - Existência de:

3 - <i>INFORMAÇÃO EM RECURSOS HUMANOS</i> Existência de:	MNH		MNBA		MAST	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
3.1 Profissional(is) capacitado(s) para receber a pessoa com deficiência visual? Em caso positivo, com formação em...		X		X	X	

3.2 Profissional com deficiência visual em seu quadro de funcionários Em caso positivo indicar a quantidade?...		X		X		X
3.3 Profissional/funcionário com alguma deficiência em seu quadro				X		
física		X			X	
auditiva		X		-		X
intelectual		X				X

-- MAST --

Marcou “sim” para presença de profissional capacitado para receber pessoa com deficiência visual (3.1), no entanto, a informante considerou nesta qualificação uma pessoa que não atua de modo permanente na atividade e pode ser um estagiário de qualquer área.

Quando o Instituto Benjamin Constant telefona agendando uma visita para grupo, há um contato precedente estabelecendo o planejamento da visita. A orientação é dada pelo Instituto.

Portanto, numa visita espontânea não há profissional capacitado para o público com deficiência visual.

No MAST há um funcionário com deficiência física que, segundo a informante, não necessita de recurso para se locomover.

-- MNBA, MAST--

No espaço do formulário *Observação* foi registrado:

- a) MNBA -- “Há um projeto em andamento para receber o público com deficiência visual e baixa visão”;
- b) MAST -- “O recurso do mapa tátil para exposição permanente foi pensado para ser utilizado.” -- “O MAST nas discussões sobre as exposições temporárias e permanente tem se preocupado com a questão da acessibilidade. No entanto ainda não foi possível um trabalho mais focado neste tema”.

No que se refere aos Recursos Humanos especializados para o atendimento já se pode identificar que reconhecem a necessidade de se adequarem aos novos tempos da inclusão.

Visitação virtual / validação de sites -- No outro modelo de avaliação aplicado, análise do espaço virtual, ou seja, nos sites dos Museus citados, formato Museu Virtual, verificou-se que não apresentam qualquer um dos símbolos (abaixo reproduzidos) situados na Web (World Wide Web, WWW, rede de alcance mundial) e cuja finalidade é indicar no

site a função de acessibilidade para pessoas com deficiência, em diferentes ambientes, situações, para equipamentos e para navegadores.



Um site para fazer jus ao selo de acessibilidade precisa contar com alguns critérios.

Os considerados básicos são três: Apresentação da Informação, Navegabilidade e Conformidade.

1) Arquitetura da Informação: caso haja imagem na página é necessário fornecer textualmente a informação (modalidade audiodescrição) que está representada no denominado formato imagético. Se houver animações ou vídeos, igualmente esses deverão estar acompanhados de descrição em áudio.

No recurso do áudio nas páginas virtuais, cabe lembrar que as indicações para o usuário deficiente visual devem seguir os padrões da descrição segundo a linguagem específica calcada na Informação Especial ao usar o recurso da Tecnologia Assistiva.

Um item relacionado e que merece ser observado é o quesito Uso das Cores, cuja finalidade é facultar para pessoas com baixa visão visualizarem a informação contida na página. Portanto, torna-se necessário garantir um bom contraste entre a cor do texto e o fundo da tela e de preferência permitir que a cor do texto, ligações e fundo possam ser alteradas.

2) Navegabilidade: é imprescindível que a ativação dos elementos da página possa se dar através do teclado, visto que as pessoas com deficiência visual não utilizam o mouse.

3) Conformidade: realizada após a verificação da acessibilidade do site pelo avaliador que fará a codificação através de ferramentas de análise ou diagnóstico.

Não obstante a ausência do Selo de Acessibilidade nos três Museus Virtuais deu-se continuidade para interpretação dos sites utilizando o serviço de um avaliador internacional, o W3C HTML Validation Service.

No site do Museu Histórico Nacional o avaliador W3C HTML Validation Service informou ter encontrado 22 erros e, ainda, emitindo 4 avisos.

Esclarecendo: erros constituem obstáculos que impedem o prosseguimento nas telas do computador, enquanto os avisos, embora permitam o prosseguimento, alertam que a informação está incompleta.

No site do Museu Nacional de Belas Artes o resultado obtido sinalizou 17 erros e 2 avisos.

E o site do Museu de Astronomia e Ciências Afins apresentou um total de 25 erros e 3 avisos.

Os resultados indicam que os Museus Virtuais do MHN, MNBA e MAST não estão capacitados a atender as necessidades informacionais da demanda de pessoas com deficiência visual.

5 ACESSIBILIDADE - UMA DISTÂNCIA ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA

A acessibilidade, elemento essencial para a Inclusão Social, não pode deixar de estar presente em todos os ambientes internos e externos por onde transitar física ou virtualmente qualquer pessoa, inclusive aquelas com algum tipo de deficiência.

O conflito entre a qualificação de um *caráter acessível* ou *não acessível* surgiu na dimensão social em decorrência do conceito de padronização de ambientes como resultado da utilização de modelos considerados típicos e relacionados à 'maioria' das pessoas.

Os modelos em questão derivam da concepção baseada na imagem de pessoas jovens, atléticas, escolarizadas, independentes e sem limitações. No entanto, cabe considerar que pelo menos 10% da população mundial apresentam algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida.

Portanto, o fato precisa ser levado em conta por todos porque já se tornou perceptível no convívio social que, conviver com os ditos 'iguais' é fácil, sem dúvida, porém mais enriquecedor e desafiador é conviver com os desiguais e aprender com suas diferenças.

Nos Museus Brasileiros, em especial os localizados na cidade do Rio de Janeiro e que foram objeto de pesquisa sobre inclusão social de pessoas com deficiência visual, o que se tem percebido ao longo dos anos e ainda persiste na década inicial do século XXI é a existência de uma distância entre o discurso e a prática da inclusão, embora o campo da Museologia já tenha incorporado a designação Museu Inclusivo.

E esta distância pode ser verificada pela pesquisa desenvolvida e relatada neste artigo tanto com relação aos indicadores utilizados para o perfil dos Museus brasileiros no levantamento do Instituto Brasileiro de Museus, quanto as instalações físicas e os modelos virtuais dos Museus: Histórico Nacional; de Belas Artes; de Astronomia e Ciências Afins.

O problema das barreiras impostas à acessibilidade, o processo para remover ou adequar usando-se de práticas e recursos orientados por conceitos oriundos da Informação Especial e Tecnologia Assistiva está minimamente representado nos Museus, ou por ser um tema que, ainda, não se domina ou por não ser avaliada corretamente a relevância da sua aplicação para o atendimento do público/usuário.

Tornar um Museu 'inclusivo' implica a criação de programas e atividades que ofereçam a possibilidade das pessoas com deficiência e, neste caso, o deficiente visual participar ativamente.

Pressupõe mudanças nas práticas habituais, nas políticas e nos procedimentos adotados. E, então, será esclarecedor e não haverá mais o entendimento que o Museu é acessível somente porque oferece um item de uso para o público especial, a exemplo de um catálogo impresso em Braille ou de um audioguia (aparelho que não formaliza a oferta especializada da audiodescrição).

Embora se reconheça que a sociedade inclusiva não se constrói de um momento para o outro, assim também não se espera que um Museu para todos surja de uma hora para outra, mas o que se deseja por ser oportuno e necessário é começar o processo de modo a reunir o maior número de instituições aptas a desempenhar o papel da inclusão social.

REFERÊNCIAS

BERQUÓ, Ana Fátima. **Dedos de ver**: informação especial no museu e a inclusão social da pessoa com deficiência visual. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio), UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2011.

BORGES, José Antonio dos Santos. **Do braille ao DOSVOX**: diferenças nas vidas dos cegos brasileiros. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 15 jun. 2010.

BRASIL. CORDE – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/corde/comite.asp>> Acesso em: 5 jun. 2011.

BRASIL. Decreto executivo nº 3298, de 20 de dezembro de 1999. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1999, p. 10. Disponível em:<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/fraWeb?OpenFrameSet&Frame=frmWeb2&Src=%2Flegisla%2Flegislacao.nsf%2FViv_Identificacao%2FDEC%25203.298-1999%3FOpenDocument%26AutoFramed>. Acesso em: 17 jun. 2011.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) /Indicadores/Temas/Inclusão Social/Sub Temas/ Tecnologia Assistiva. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/307898.html#>> Acesso em: 3 jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo e acessibilidade**: manual de orientações. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CANO, Begoña Consuegra. **El acceso al patrimonio histórico de las persona ciegas y deficiente visuales**. Madrid : ONCE, 2002.

GOUVEIA, Fabio Castro; MENEZES, Isabela da Silva; MANO, Sonia. **Acciones de accesibilidad para centros y museos de ciencia**: conocimientos adquiridos en el proyecto de Museu da Vida - Brasil. [S.l.; s.n.]. Disponível em: <www.latu.org.uy/espacio_ciencia/es/images/RedPop/.../M23.pdf> Acesso em: 10 jan. 2011.

IBGE. Contagem da População 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_rio_de_janeiro.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.

IBRAM. Política Nacional de Museus. Relatório de gestão 2003-2010. Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2010.

ICOM. International Council of Museums. Código de Ética do ICOM. Disponível em: <<http://icom.museum>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Relatório de gestão 2003-2010. Brasília, 2010.

IPHAN. Instrução Normativa nº 1. 2003. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2010.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da informação, museologia e fertilização interdisciplinar**: informação em arte um novo campo do saber. 2003. 358 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro em Ciência da Informação/IBICT, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, 2003.

LIMA, Diana Farjalla Correia. O que se pode designar como Museu Virtual segundo os museus que assim se apresentam. In ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. **Trabalhos apresentados...** João Pessoa: ANCI; PPGCI-UFPB, 2009. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/531/1/GT%209%20Ttxt%2011-%20LIMA%2c%20Diana%20Farjalla%20Correia.%20O%20que%20se%20pode%20designa....pdf>> Acesso em: 2 jul. 2011.

LIMA, F. J; LIMA, R. A . F.; GUEDES, L. C. Em defesa da áudio-descrição: contribuições da convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. **RBTv**, v. 1, n. 1, 2009. Disponível em:

<<http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/article/view/10/13>>
Acesso em: 20 jun. 2011.

MENSCH, Peter Van. Modelos conceituais de museus e sua relação com o patrimônio natural e cultural. **Boletim do ICOFOM-LAM**, Buenos Aires, n. 4-5, p. 10, ago. 1992.

NEVES, Josélia. Comunicação multi-sensorial em contexto museológico. In: SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA, 1, [S.l.; s. n.]. **Actas...**, v. 2, p.180-192.

NEVES, Josélia. **Museus Acessíveis... museus para todos?!** Disponível em:
<http://www.scribd.com/doc/17576420/NEVES2006Museus-Para-Todos#open_download>
Acesso em: 13 jul. 2011.

ONU. **Declaração de Direitos Humanos**. Paris. 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 15 maio 2010.

PINHEIRO, Lena Vania R. Educação da sensibilidade, informação em arte e tecnologias para inclusão social. **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em:
<<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/16/29>> Acesso em: 10 jun. 2011.

PORTO, Bernard Condorcet. A acessibilidade do conteúdo disponibilizado na WWW. In: _____. **WEBVOX - um navegador para a World Wide Web destinado a deficientes visuais**. 2001. 180f. Dissertação (Mestrado em Informática) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

_____. **A educação inclusiva no Estado de Goiás**. Goiás: Superintendência de Ensino Especial/Secretaria de Educação do Estado de Goiás, 2004.

_____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

TARAPANOFF, Kira; SUAIKEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília Leite. Funções Sociais e Oportunidades para Profissionais da Informação. **Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.1, out. 2002.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Museu de arte e público especial**. 1999. 191f. Dissertação (Mestrado em Artes) - Escola de Comunicações e Artes - USP. São Paulo, 1999.

_____. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus**. 2007. 322f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes – USP, São Paulo, 2007.

UNESCO. **UNESCO and an Information Society for All: a position paper**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1966.